

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE
OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR
ATA DA 44ª REUNIÃO**

Data: 08 de agosto de 2005

Locais: Miniauditório da SRH, Brasília/DF.

PARTICIPANTES CTPOAR:

- Ministério das Cidades: ausente
- Ministério da Integração Nacional: Demetrios Christofidis (christofidis@unb.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Luciano M. C. da Silva (lmeneses@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – SRH: Roberto A. Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia: Helder Naves Torres (helder.torres@mme.gov.br)
- Ministério da Saúde: Andréa S. e Silva (andrea.silva@funasa.gov.br)
- Conselhos Estaduais MG/ES: Marília Carvalho de Melo (marilia.melo@igam.mg.gov.br)
- Conselhos Estaduais SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais CE/BA: Altamirano Vaz Lordêllo Neto (alordelo@srh.ba.gov.br)
- Conselhos Estaduais PB/PE: Sandra Ferraz de Sá Wanderley (sandraferraz@sectma.pe.gov.br)
- Conselhos Estaduais RN/AL: Vera Lúcia Lopes de Castro (veracastro@rn.gov.br)
- Conselhos Estaduais PI/SE: João Carlos Santos da Rocha (jcsdr@uol.com.br)
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Oscar Brás Pion (pion@emae.sp.gov.br)
- Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Leane Chamma Barbar Przybysz – (leane@sanepar.com.br)
- Indústria: ausente
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Augusto de Araújo Almeida Netto (augusto@semarh.goias.gov.br)
- Organizações não Governamentais: Cláudio Bedran (proverde@terra.com.br)

CONVIDADOS

- Alexander Gonçalves da Silva – CEMIG – (agsacamp@cemig.com.br)
- Andréa Figueiredo – MME – (andrea.figueiredo@mme.gov.br)
- Claudia Blanco de Dios – ELETROBRÁS – (claudia.dios@eletrobras.com)
- Dário Moraes de Almeida – DNPM/SC – (dario.almeida@dnpm.gov.br)
- Diógenes Mortari – ADASA/DF – (diogenes.mortari@adasa.df.gov.br)
- Fabíola Maria de Lima e Silva – ELABORE – (fabiolalima@elabore.com.br)
- Leonardo Mitre – ANA – (mitre@ana.gov.br)
- Marcelo Garcia Miranda Diniz – IEMA/ES – (mgmdiniz@yahoo.com.br)
- Maria de Lourdes Pereira dos Santos – CVRD – (maria.lourdes.santos@cvrd.com.br)
- Willian Matsuo – ADASA/DF – (willian.matsuo@adasa.df.gov.br)

RELATORIA CTPOAR

- Raquel Scalia Alves Ferreira (raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 10h50 do dia 8 de agosto do ano de dois mil e cinco, sob a presidência da Sra. Leila de Carvalho Gomes (CERH/SP), procedeu-se à abertura da 44ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. A presidente da CTPOAR agradeceu a presença, e passou diretamente para o item 2 da pauta. *Item 2 – Aprovação das atas da 42ª e 43ª Reuniões da CTPOAR.* A ata da 42ª Reunião foi aprovada sem modificações. Quanto a ata da 43ª Reunião esta não foi disponibilizada para a apreciação e aprovação, ficando para ser apreciada na próxima reunião. *Item 3 – Apresentação sobre a resolução conjunta das secretarias de Meio Ambiente, Saúde e de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, a ser proferida pelo Sr. Luis Sérgio Valentim, Diretor de Meio Ambiente do Centro de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde de São Paulo.* Primeiramente a Sra. Leila apresentou o Sr. Sérgio Valentim, agradeceu a sua presença em nome da CTPOAR e comentou sobre a importância, na gestão dos recursos hídricos, dos procedimentos de outorga para as águas subterrâneas, sendo necessário o envolvimento dos setores da saúde e do meio ambiente para uma gestão integrada. O Sr. Sérgio agradeceu o convite, diante da importância do tema, e justificou a resolução considerando a dificuldade de se fomentar a saúde pública sem a integração com o meio ambiente, uso e ocupação de solo, e os recursos hídricos, a partir do abastecimento de água. Iniciou a apresentação destacando pontos no Código Sanitário Estadual de 1894 e de 1998, que já mencionavam a situação de prevenção. Conceituou risco, saúde, bem estar, doença; distribuição populacional e contaminações de solo, água e ar. Apontou os gastos do SUS, em 2003, em relação a doenças relacionadas com recursos hídricos; as formas de contaminação do homem; as doenças; a vigilância da qualidade da água; a água como elemento síntese para integração; os princípios do sistema de integrado de gerenciamento de recursos hídricos e do sistema único de saúde, bem como as possibilidades existentes entre os dois sistemas para a integração; as áreas contaminadas no estado de São Paulo; a águas subterrâneas e os passivos ambientais e a rota de exposição da doença; o processo de elaboração da proposta da Resolução; o arcabouço legal e as competências das instituições envolvidas. Explicou a proposta de Resolução Conjunta, com ênfase na outorga e monitoramento, enfatizando sempre a saúde coletiva e o sistema de informação. Complementando a apresentação, a Sra. Leila comentou sobre a parceria que foi estabelecida entre os órgãos envolvidos, que já estariam trabalhando integrados. A Sra. Andréa (MS) comentou que a FUNASA já se encontra com essa preocupação, e que o Plano Nacional de Recursos Hídricos seria o espaço ideal para apresentar essa nova visão de integração; com esse propósito seria organizada uma Oficina no mês de outubro próximo. O Sr. João (CERH/SE) apontou o uso de água de carros pipas e as formas de fuga para não se pagar a taxa de esgoto. Em relação a esse assunto o Sr. Sérgio (SVS) comentou sobre o papel do município no que confere a fiscalização. Complementando, o Sr. Helder (MME) ratificou a importância do maior envolvimento dos municípios nas ações de gestão de recursos hídricos, e o Sr. Sérgio (SVS) disseram que, para a área da saúde isso também deveria acontecer, tanto a vertente política como a financeira. A Sra. Leila ressaltou a importância dos planos de recursos hídricos como forma de diminuir a criticidade de uma bacia. Comentou que a proposta de resolução define todo o fluxo e procedimentos de Outorga para o envolvimento dos três órgãos: DAEE, CETESB e Vigilância. Lembrou também da necessidade de laboratórios adequados para a análise de qualidade de água já exigida pela Portaria FUNASA nº 518, bem como os custos, ainda elevados. Tratando-se de águas subterrâneas os membros da CTPOAR comentaram sobre a avaliação da necessidade do enquadramento, o entendimento da dominialidade das águas subterrâneas e a aplicabilidade da Resolução CONAMA nº 357/05. A Sra. Maria de Lourdes (CVRD) destacou o papel pioneiro que o CNRH possui na discussão sobre água subterrânea. Retomando o assunto a Sra. Leila

(CERH/SP) ressaltou o caráter coletivo que a proposta de resolução possui respaldado no controle de qualidade e quantidade, necessidade essa que ainda não existe em alguns estados. Em Minas Gerais o monitoramento de qualidade só é exigido para abastecimento humano, no Rio Grande do Norte é exigida somente uma declaração de viabilidade qualitativa da companhia de abastecimento para emissão da outorga de poços; A Bahia possui cadastro de poços, o que facilita a fiscalização, mesmo assim o estado possui problemas com o abastecimento difuso; no Espírito Santo ainda não se emite outorga, mas o licenciamento ambiental é exigível para qualquer poço, conforme o representante do estado de Pernambuco. Finalizando a discussão sobre o tema o Sr. Willian (ADASA/DF) questionou a forma como aconteceu a integração. E o Sr. Sérgio respondeu esclarecendo que a vigilância sanitária poderia atuar em qualquer área que afete a saúde pública, o que propiciou os contatos com o meio ambiente e recursos hídricos, mas que a integração ocorreu pela credibilidade e a objetividade do tema, sendo a fiscalização a ação que tangencia todas as instituições, objetivando a coletividade. A Sra. Leila (CERH/SP) lembrou que a solicitação da outorga foi considerada a porta de entrada do processo e por isso essa estaria condicionada à análise da qualidade da água. Novamente agradeceu a presença do palestrante, pela oportunidade do debate, e passou para o *item 4 – Análise das contribuições referentes ao Ofício nº 16 da CTEM*, que ficou para discussão na próxima reunião sendo necessário o encaminhamento de sugestões. *Item 5 – Assuntos Gerais*. Nesse momento a Sra. Leila comentou sobre a necessidade de ser realizada uma reunião conjunta com a CTAS para a verificação do tratamento a ser aplicado à proposta de resolução que trata da necessidade de outorga para água mineral, considerando os pareceres encaminhados pela CONJUR do MMA e do MME. Também comentou sobre a reunião conjunta da CTIL / CTAJ(CONAMA), que teve como objetivo a análise conjunta da proposta de resolução que estabelece diretrizes para a integração dos procedimentos de obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos com os de licenciamento ambiental. Foi realizada a leitura do resumo da ata da 75ª Reunião da CTIL, que foi considerada como a contribuição da CTAJ para o aprimoramento da proposta de resolução, e que teve como destaque: consolidação da forma legislativa a ser adotada na proposta de resolução; inserção do instrumento legislativo que originalmente definam os incisos do art. 3º; citação no considerando do Decreto nº 99274/90 e inclusão de um texto que refere o respeito aos dois Sistemas; discussão da modificação dos regimentos internos dos dois Conselhos para possibilitar a publicação de resoluções conjuntas; consulta por parte dos Conselheiros do CONAMA à CONJUR/MMA quanto a necessidade de uma resolução complementar, devido aos aspectos ambientais da matéria; justificativas para todos os artigos quando da apresentação de uma proposta de resolução, com intuito de facilitar a análise; análise dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos que fomentam a integração das Políticas, como o sistema de informações e o enquadramento. Não obtiveram consenso os seguintes pontos: o uso do verbo “deve” considerando o caráter direcional que a proposta de resolução possui; uso da locução flexibilizadora “quando exigível” no art. 4º; determinação de prazos para emissão das outorgas e licenças e determinação de momentos de exigência das outorgas. O Sr. Leonardo (ANA) ponderou sobre a problemática da representatividade que ficou clara durante a reunião citada, a partir de opiniões diferentes de representantes da mesma instituição. O Sr. Helder (MME) comentou que a CTAJ estaria muito voltada para os desdobramentos referentes a resolução de APP e que o DAI não dedicou a atenção necessária ao tema integração, o que demonstrou a falta de conhecimento e dedicação dos membros da CTAJ e do CONAMA ao assunto. O Sr. Altamirano (CERH/BA) comentou sobre o posicionamento do representante do CERH da Bahia na última reunião do CNRH que deliberou sobre a matéria, tendo encaminhado o pedido de vista da matéria o que foi apoiado pela representante da CNI, dizendo da dificuldade existente quando se envolvem dois órgãos de um mesmo estado.

Lembrou que o órgão de meio ambiente do estado da Bahia não se fez presente nas reuniões do GT Integração, apesar de ter sido convidado, e que para o órgão de recursos hídricos da Bahia a proposta de resolução não apresentava problemas, sendo que o pedido de vista estaria voltado para a solicitação do órgão de meio ambiente. O Sr. Roberto (SRH/MMA) enfatizou a necessidade de se realizar um trabalho de convencimento junto aos conselheiros da CNI para uma melhor interpretação do documento. Finalizado esse assunto comentaram sobre a medida cautelar, de ação inconstitucional, a partir da interpretação dada à expressão supressão em APP, sendo esta aplicada para a vegetação, e que com essa medida todas as atividades de licenciamento e conseqüentemente a outorga estariam suspensas. O Sr. Helder (MME), concluindo o assunto, esclareceu que inconstitucionalidade estaria sendo aplicada ao art. 4º da Medida Provisória que modifica o Código Florestal. Disse que o Ministério Público queria atingir a mineração, mas acabou envolvendo outros usuários, e que o CONAMA aguardará o resultado dos recursos junto ao STJ. Às 13:00 a Sra. Leila encerrou a reunião da CTPOAR, contudo lembrando a realização da 6ª Reunião do GT – PL1616-Outorga a partir das 14h30, cujas discussões concentraram-se no capítulo de fiscalização e no art. 16, que ainda será motivo de análise na próxima reunião.

Ata aprovada na 45ª reunião, realizada em 29 de setembro de 2005.

LEILA DE CARVALHO GOMES
Presidente da CTPOAR

RAQUEL SCALIA ALVES FERREIRA
Relatora da CTPOAR